

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI**

INDIAMARA FERNANDES VICENTE ROCHA

**PLANTÃO PSICOLÓGICO:
INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA CLÍNICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

TEÓFILO OTONI-MG

2017

**INDIAMARA FERNANDES VICENTE ROCHA
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI**

**PLANTÃO PSICOLÓGICO:
INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA CLÍNICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Psicologia
das Faculdades Unificadas de Teófilo
Otoni, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Psicologia.**

**Área de Concentração: Psicologia
Clínica Fenomenológico-Existencial e
Humanista.**

Orientador(a): Profa. Msc. Kely Prata

TEÓFILO OTONI-MG

2017



FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado PLANTÃO PSICOLÓGICO: INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA CLÍNICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, elaborado pela aluna INDIAMARA FERNANDES VICENTE ROCHA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Psicologia das Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM PSICOLOGIA

Teófilo Otoni, 14 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

A Deus, que nos criou. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu
coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de
possibilidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha orientadora, pelo suporte no tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

São horas solenes porque nos tornam a todos mais humanos e este mesmo ritual que ao ser reencenado perpetua valores e crenças, paradoxalmente tem o dom de transformá-los. E desta mesma sociedade exaurida por inúmeros conflitos. Sacudida por atos violentos, por vezes tão injusta com as minorias e tão complacente com os tiranos, surgem ainda ideais, “sonhos de um mundo mais livre e de uma psicologia mais justa”.

Vera E. Cury, 2012, 5-155

RESUMO

A inserção da psicologia nas políticas públicas representam um desafio ao profissional e induz a análise crítica das práticas que vêm sendo desenvolvidas nestes espaços, principalmente no que diz respeito ao atendimento psicológico clínico. A perspectiva de atuação a partir de uma clínica ampliada e do trabalho educativo com indivíduos e grupos requer que o(a) psicólogo(a) atue de modo a desenvolver melhores condições para promover qualidade de vida à população atendida, consolidando o compromisso social, ético e político da profissão nestes espaços. Esta pesquisa bibliográfica objetivou compreender o Plantão Psicológico como possibilidade de intervenção clínica no contexto das políticas públicas. Os resultados mostraram que a Psicologia Clínica, por meio do Plantão Psicológico, pode prestar atendimento numa perspectiva psicossocial, não individualizante e/ou patologizante, às diversas populações e em outros contextos além do consultório particular, nos âmbitos públicos, privados, sociais e comunitários. Concluindo, é importante desenvolver outras pesquisas que avaliem a eficácia desta prática a partir de outras abordagens teóricas além da Psicologia Fenomenológico-Existencial e da Psicologia Humanista.

Palavras-chave: Atenção Psicológica. Plantão Psicológico. Políticas Públicas. Psicologia Clínica.

ABSTRACT

The insertion of psychology in public policies represents a challenge to the professional and induces a critical analysis of the practices that have been developed in these spaces, especially with regard to clinical psychological care. The perspective of acting from an expanded clinic and the educational work with individuals and groups requires that the psychologist works in a way to develop better conditions to promote quality of life for the population served, consolidating the social, ethical commitment and politics of the profession in these spaces. This bibliographic research aimed to understand the Psychological Plan as a possibility of clinical intervention in the context of public policies. The results showed that Clinical Psychology, through the Psychological Plan, can provide care in a psychosocial perspective, not individualizing and / or pathological, to the different populations and in other contexts besides the private practice, in the public, private, social and community spheres. In conclusion, it is important to develop other researches that evaluate the effectiveness of this practice from other theoretical approaches besides Phenomenological-Existential Psychology and Humanistic Psychology.

Keywords: Psychological Attention. Psychological Planting. Public policy. Clinical psychology.

RESUMEN

La inserción de la psicología en las políticas públicas representa un desafío al profesional e induce el análisis crítico de las prácticas que vienen siendo desarrolladas en estos espacios, principalmente en lo que se refiere a la atención psicológica clínica. La perspectiva de actuación a partir de una clínica ampliada y del trabajo educativo con individuos y grupos requiere que el psicólogo (a) actúe de modo a desarrollar mejores condiciones para promover calidad de vida a la población atendida, consolidando el compromiso social, ético y político de la profesión en estos espacios. Esta investigación bibliográfica objetivó comprender el Plantão Psicológico como posibilidad de intervención clínica en el contexto de las políticas públicas. Los resultados mostraron que la Psicología Clínica, por medio del Plantão Psicológico, puede prestar atención en una perspectiva psicosocial, no individualizante y / o patologizante, a las diversas poblaciones y en otros contextos además del consultorio particular, en los ámbitos públicos, privados, sociales y comunitarios. Concluyendo, es importante desarrollar otras investigaciones que evalúen la eficacia de esta práctica a partir de otros enfoques teóricos además de la Psicología Fenomenológico-Existencial y de la Psicología Humanista.

Palabras clave: Atención Psicológica. La Psicología. Políticas públicas. Psicología Clínica.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Abordagem Centrada na Pessoa
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FEBEM/SP - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor/São Paulo
IPUSP - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família
PAIF - Programa de Atendimento Integral a Família
PAEFI - Programa de Proteção de Atendimento Especializado a Família e Indivíduo
PePSIC - Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PUCRS - Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAP - Serviço de Aconselhamento Psicológico
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UBSs Unidades Básicas de Saúde
UPAs - Unidades de Pronto Atendimento
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Caracterização Do Plantão Psicológico Como Prática Clínica	12
2.2 Contexto Histórico Acerca Do Plantão Psicológico.....	15
2.3 Desafios na Implantação do Plantão Psicológico	16
2.4 O Plantão Psicológico nas Políticas Públicas	17
3 MÉTODO DE PESQUISA	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29
Anexo A: Resolução Conselho Federal de Psicologia 013 de 01 de junho de 2007: Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.....	34

1 INTRODUÇÃO

A inserção da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas representa um desafio ao profissional e induz a análise crítica das práticas que vêm sendo desenvolvidas nestes espaços, principalmente no que diz respeito ao atendimento psicológico clínico a populações que se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial. A perspectiva de atuação a partir de uma clínica ampliada e do trabalho educativo com indivíduos e grupos requer que a(o) psicóloga(o) atue de modo a desenvolver melhores condições para promover qualidade de vida à população atendida, consolidando o compromisso social, ético e político da profissão nestes espaços.

Cabe ressaltar que o trabalho referenciado nas políticas públicas se realiza a partir da interlocução interdisciplinar, superando a perspectiva privatista e individualizante a partir da qual a clínica psicológica é considerada tradicionalmente. Deste modo, o atendimento clínico às populações em situação de vulnerabilidade psicossocial requer a reinvenção do trabalho da(o) psicóloga(o) para além de uma visão individualizada e individualizante. Faz-se necessário estimular e criar condições para a formação e a atuação profissionais comprometidas com a promoção da saúde psicológica em sua dimensão psicossocial, a partir de uma prática contextualizada sociocultural e historicamente e politicamente comprometida.

O plantão psicológico, uma atividade profissional de intervenção clínica que foi introduzida no Brasil em 1960 e cujo objetivo é ofertar uma escuta empática e compreensiva no momento da emergência da demanda da pessoa pelo atendimento psicológico, pode auxiliar na inserção da(o) psicóloga(o) clínica(o) nas Políticas Públicas de forma mais assertiva que as práticas psicológicas tradicionais? Neste sentido, este trabalho de pesquisa bibliográfica qualitativa objetivou compreender o Plantão Psicológico como possibilidade de intervenção clínica no contexto das Políticas Públicas. E está sendo apresentado em seis seções: esta introdução; o marco teórico referencial para a conceituação e caracterização do plantão psicológico enquanto atividade clínica em Psicologia; a descrição do método de pesquisa utilizado; os resultados e sua discussão; as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O plantão psicológico, para Breschigliari e Jafelice (2015), Scorsolini-Comin (2015), Rebouças e Dutra (2010), é uma modalidade singular de atendimento centrada no processo de significação da procura por atendimento psicológico, especificamente a resignificação do sofrimento e o reconhecimento dos recursos disponíveis para resolução da problemática trazida ao buscar um serviço de Psicologia. Portanto, além de constituir-se como acolhimento, esclarecimento e compreensão da demanda trazida, nas Políticas Públicas pode ampliar clinicamente a compreensão e a acessibilidade aos recursos disponíveis ao analisando em seu território e de modo intersetorial.

O plantão surgiu para atender à grande demanda de sofrimento advinda da atual situação econômica, social, política e cultural em que se encontra a população brasileira, a qual muitas vezes, não tem recursos ou acesso a atendimento nos consultórios particulares (FURIGO *et. al.*, 2008, p. 186).

Desse modo, pode-se afirmar que o plantão psicológico representa “uma alternativa de prestação de serviços condizente com essa necessária reinvenção da prática clínica, em que o psicólogo passa a estar comprometido com a escuta e sensível às demandas que chegam, ainda que esse encontro seja único” (BRITO, DANTAS, 2016, P.92).

2.1 Caracterização Do Plantão Psicológico Como Prática Clínica

Chaves e Henriques (2008, p. 152) definem plantão psicológico como um “tipo de intervenção psicológica que acolhe a pessoa no exato momento de sua necessidade, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites”. Corrobora Mahfoud (2012) ao dizer que o plantão psicológico é uma forma de a(o) psicóloga(o) clínica(o) exercer suas atividades em qualquer setor, a quaisquer pessoas que delas(es) precisem, em um tempo determinado e sem qualquer interrupção.

Cury (2012) confirma esta perspectiva dos autores supracitados ao afirmar que o plantão viabiliza o atendimento emergencial funcionando sem necessidade de marcação prévia do atendimento, destinando-se à pessoa que a ele recorre de maneira espontânea, comprometendo-se com as demandas trazidas e auxiliando na

busca por caminhos viáveis para solução da problemática em questão. E Tassinari (1999, p. 55) traz a seguinte ponderação sobre os objetivos desta prática:

[...] objetiva facilitar uma maior compreensão da pessoa e da sua situação imediata. O plantonista e o cliente vão juntos procurar no 'momento-já' as potencialidades inerentes que podem estar adormecidas ou que precisem ser deflagradas a partir de uma relação calorosa, sem julgamentos, onde a escuta sensível e empática, a expressividade do plantonista e seu genuíno interesse em ajudar, desempenham papel primordial.

A perspectiva clínica presente na prática do plantão psicológico está na possibilidade de viabilizar junto à pessoa em sofrimento o acolhimento de sua demanda e, ao mesmo tempo, sua compreensão e a busca por saídas compatíveis com as condições de vidas presentes naquele momento da vida daquela pessoa. Neste sentido, distancia-se das práticas clínicas tradicionais como triagem, psicoterapia e psicodiagnóstico que estão centradas em concepções de sofrimento intrapsíquico e processos psicopatológicos individuais, para emergir com um fazer clínico que considera a pessoa em sofrimento e o contexto em que ela vive, vinculando a condição de sofrimento e seu entendimento ao contexto psicossocial a partir do qual esta condição surge e se mantém (VIEIRA, BORIS, 2012).

[...] o plantão, ao mesmo tempo em que afirma o lugar da escuta como algo de importante destaque no desenvolvimento da psicologia clínica, aponta para o fato de que esta escuta deve estar apta a reconhecer que nem tudo pode ou deve ser demanda de psicoterapia, o que significa uma atitude de não "psicologizar" ou "patologizar" as queixas de quem procura o serviço. Como consequência, podemos afirmar também que o plantão, em acordo com as novas tendências em Psicologia Clínica, diferencia este campo do da psicoterapia [...] (VIEIRA, BORIS, 2012, p. 879).

Para Rabelo e Santos (2006), o modelo de psicoterapia tradicional, muitas vezes, não serve adequadamente ao atendimento de pessoas que buscam atendimento psicológico somente no momento da crise e depois são capazes de seguir a vida a partir daquele único atendimento.

[...] o encontro no plantão tem como pressuposto que a pessoa que busca ajuda possa compreender melhor a sua problemática e sua situação imediata, sendo que o profissional de Psicologia deve estar disponível para explorar possibilidades de resolução do problema sempre com uma atitude de interesse pelo relato e de modo aberto à escuta, em uma consideração positiva pelo outro e pelo que lhe é relatado. O cuidado prestado na urgência pode se dar em forma de acolhimento, compreensão da queixa, de fornecimento de informações e, também, como espaço de escuta e de ressignificação de posturas. Posteriormente, pode ocorrer o encaminhamento dessa pessoa para outros serviços e especialidades (SCORSOLINI-COMIN, 2015, p.164).

De acordo com Souza e Souza, (2011), o plantão psicológico pode ser realizado individualmente ou em grupos, com duração variável de 1 a 2 encontros, tempo de atendimento de 30 minutos a duas horas, em espaços reservados ou abertos, conforme a infraestrutura institucional ou demanda da população atendida. Vieira e Boris (2012) indicam que a(o)s plantonistas ficam à disposição para acolhimento das pessoas que buscam atendimento psicológico emergencial, no momento exato em que buscam o serviço de Psicologia onde quer que este serviço se estabeleça. Sendo assim, para que ocorra satisfatoriamente, o plantão psicológico precisa ser ofertado de forma regular e ter divulgação eficaz, pois, para sua execução, não há filas de espera.

A escuta clínica proporcionada pela(o) plantonista pode gerar encaminhamentos diversos desde à psicoterapia tradicional de longa duração, à avaliação psicológica e/ou aos serviços oferecidos nas políticas públicas e pelas organizações não governamentais. Isto destaca outro aspecto presente nas práticas de plantão psicológico: o trabalho multi e interdisciplinar, pois nem sempre o conhecimento psicológico é suficiente e/ou o mais adequado à superação da condição de sofrimento exposta. A ajuda a ser oferecida pode exigir outros saberes e a atuação de outros profissionais a fim de propiciar um atendimento mais assertivo e condizente com o contexto de atenção psicológica e com a situação de emergência que se mostra (SCORSOLINI-COMIN, 2015).

Cabe observar também que coexistem diversas perspectivas teóricas e metodológicas acerca de como deve ser operacionalizado o atendimento em plantão psicológico, embora, no Brasil, prevaleçam as abordagens humanistas e fenomenológico-existenciais. Nestas abordagens, o terapeuta fenomenológico-existencial, ou humanista, pauta suas atitudes na busca da melhor compreensão da pessoa do cliente, inclusive por ele mesmo, lhe permitindo ressignificar sua historicidade, aceitando a responsabilidade sobre seus atos e conduzindo sua própria vida com liberdade e um sentido para a sua existência (COREY, 1986 apud LIMA, 2008). Como cita Corey (1986 apud LIMA, 2008), o cliente é sempre percebido na relação terapêutica como “uma pessoa com capacidade para expandir sua consciência e decidir, por si mesmo, a futura orientação a ser dada à sua vida”. Ou seja, considera-se o homem um ser consciente, autônomo e sensível aos acontecimentos e suas repercussões.

2.2 Contexto Histórico Acerca Do Plantão Psicológico

A definição do que constitui a prática clínica do psicólogo dada pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução 013/2007, é excessivamente ampla e não representa o que realmente é realizado pelos psicólogos clínicos seja no âmbito da clínica particular, institucional e/ou das políticas públicas. A tradição associa a prática psicológica clínica ao modelo da assistência médica voltado quase que exclusivamente ao ajustamento psicológico do indivíduo às solicitações, metas e costumes socioculturais, enfatizando os processos psicológicos e psicopatológicos de um indivíduo abstrato e a-histórico, por meio de atividades de psicodiagnóstico e psicoterapia, de forma autônoma e dirigida a populações abastadas economicamente, com elevado nível sociocultural e inserção política. Este modelo exerce um fascínio sobre o discente, nos cursos de formação em Psicologia, que se mantém em sua vida profissional e é reiterado pela representação social da profissão perante os grupos sociais e profissionais de outras áreas de conhecimento (BASTOS; GOMIDE, 2010).

O plantão psicológico foi reconhecido pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia) mediante um documento oficial, classificando-o como modelo de atenção psicológica em comparação à psicoterapia tradicional, podendo assim ser percebido como modalidade inovadora (MAHFOUD, 2015). Acrescenta-se a isso, a flexibilidade para inserção em contextos diversos (públicos, privados, sociais e comunitários) e para prestação de cuidado psicológico em situações de emergência e urgência que vão desde crises individuais até ajuda humanitária em situações de guerra, terror urbano, desastres naturais e calamidades públicas (SCORSOLINI-COMIN, 2015).

A primeira experiência de plantão psicológico no Brasil foi realizada a partir de pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), como um meio para minimizar a imensa fila de espera no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), do Instituto de Psicologia da USP, no final da década de 60 (ROSENTHAL, 2012). Nesta abordagem, faz-se a seguinte consideração:

Se atendermos à complexidade da vida humana com olhar justo, temos que reconhecer que é altamente improvável que possamos reorganizar a estrutura da vida de um indivíduo. Se pudermos reconhecer este limite e nos abstermos de desempenhar o papel de Deus, poderemos oferecer um tipo muito precioso de ajuda, de esclarecimento, mesmo num curto espaço de tempo. Podemos permitir ao cliente que exprima seus problemas e sentimentos de forma livre, e deixá-lo com o reconhecimento das questões que enfrenta (ROGERS, 1987, p.207).

E, desse modo, essa modalidade de atendimento se diferencia do modelo clássico de triagem¹, oferecendo encaminhamentos pertinentes à dinâmica da experiência do cliente, requerendo a criação de uma rede informativa com outros serviços e instituições no âmbito da saúde, educação, assistência social, assistência jurídica, dentre outros (ROSENTHAL, 2012). Sua realização implica o planejamento do espaço físico, a sistematização e a organização do serviço pela instituição; assim como habilidades e competências do psicólogo para lidar com o inesperado e com o inusitado, acolhendo a demanda daquele que o procura em situação emergencial. Deste modo, a modalidade de plantão visa um atendimento breve, situacional e contextual à situação-problema que emerge como crise e necessita de um acolhimento específico marcado pela postura compreensiva do profissional que presta o cuidado e a atenção psicológica (SOUZA; SOUZA, 2011).

2.3 Desafios na Implantação do Plantão Psicológico

O Plantão Psicológico demanda atividades que são desafiadoras e dificuldades diárias são enfrentadas na implantação desse serviço de atenção, colocando em risco a sua aplicabilidade e seu pleno funcionamento. Algumas dessas dificuldades estão ligadas a própria formação em Psicologia e as condições de trabalho que o profissional encontra nas instituições e serviços públicos (MAHFOUD, 2012).

Apesar da evidência de que essa prática é uma das mais frequentes em serviços-escolas de Psicologia, que lidam com a dificuldade de atender às demandas da população que busca ajuda desses profissionais, não são tão expressivos os relatos de investigações científicas conduzidas acerca do tema. O predomínio de relatos de experiência e pesquisas empíricas mostra a importância da prática na área, mas deflagra a necessidade de que o desenvolvimento dessas intervenções seja acompanhado e respaldado pelo conhecimento científico, pelo aprimoramento teórico, pelo diálogo entre abordagens e pela diversificação de enfoques e propostas de atendimentos. Um exemplo disso é o predomínio de uma única abordagem (fenomenológico-existencial) que, quando não assumida nos estudos, é apresentada como ponto de partida para outras propostas no aconselhamento e no plantão psicológico. Produzir práticas e pesquisas diversificadas implica em assumir a pluralidade que constitui o saber psicológico e a identidade do psicólogo (SCORSOLINI-COMIN, 2015, p. 170).

¹Constitui-se numa estratégia que cumpre três objetivos principais: coletar dados pessoais do cliente, identificar sua queixa e realizar um breve diagnóstico. O conjunto dessas informações deve criar um quadro tal capaz de apontar para um encaminhamento adequado da pessoa em questão. É uma forma de atendimento comum em clínicas-escola e serviços públicos de saúde (ROCHA, 2011, p. 119-134).

O atendimento em plantão psicológico requer abertura, interesse e respeito pelo outro, o que muitas vezes se torna um desafio a enfrentar pelos plantonistas em formação e pelos profissionais em sua atuação (BRESCHIGLIARI; ROCHA, 2009). Pois conforme ressalta Chaves e Henriques (2008, p.151), “(...) se torna urgente abandonar concepções tradicionais no atendimento clínico para que, assim, abra-se mais espaço para o Plantão Psicológico”.

A interlocução entre a Psicologia clínica e as políticas públicas também vem sendo sublinhada como forma de promover uma escuta não apenas ligada a demandas individuais, mas que estabeleça interface com a comunidade e um campo mais amplo que o domínio psicológico (Vieira & Boris, 2012). O plantão, desse modo, emerge como modalidade que estabelece esse necessário diálogo, o que destaca a atuação do profissional de Psicologia em uma perspectiva de clínica ampliada e consciente de sua implicação na comunidade de referência (Scorsolini-Comin, 2014a, 2014b) (SCORSOLINI-COMIN, 2015, p.170).

Nos setores públicos, outra condição desafiadora é o trabalho em rede intersetorial que ainda encontra muitas dificuldades para se estabelecer e funcionar assertivamente. Também é necessário reinventar-se continuamente, uma vez que há escassez de materiais e recursos para se exercer o devido atendimento, e desenvolver um diálogo aberto e interdisciplinar com outras áreas de saber vinculadas ao cuidado humano (SOUZA; NETA & VIEIRA, 2012).

2.4 O Plantão Psicológico nas Políticas Públicas

Políticas públicas referem-se a um conjunto de regulamentações para práticas profissionais que resguardem os direitos das pessoas em todas as dimensões, condições, setores e níveis da organização social. Seus pressupostos estão alicerçados na ideia de justiça social e destacam a igualdade e a equidade como essenciais ao desenvolvimento das sociedades em seus aspectos históricos, socioculturais e político-econômicos e nas diversas áreas (educação, saúde, trabalho, assistência social, justiça e segurança pública, entre outras). Geralmente, são fruto de movimentos promovidos pela sociedade civil, mas também podem ser propiciadas por demandas do Estado (em função de acordos e tratados internacionais dos quais é signatário). Souza (2006, p. 26) destaca ainda que as Políticas Públicas são um

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

A entrada da Psicologia nas políticas públicas ocorreu a partir de movimentos sociais que culminaram na Reforma Psiquiátrica e Sanitária, junto com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 (DUTRA, 2008). Para compreendermos os desafios neste sentido, é importante discorrer sobre a trajetória histórica dos saberes psicológicos desde seus primórdios atrelados a práticas reguladoras e higienistas até a contemporaneidade em que lutam contra o encarceramento e disciplinamento das pessoas, passando por sua regulamentação como profissão e seu exercício trágico durante a ditadura militar; e sobre a trajetória da implantação de políticas públicas.

Visto da inviabilidade disso neste trabalho, aponta-se que, apesar da Psicologia vir ocupando gradativamente espaços de atuação profissional junto as mais diversas Políticas Públicas e participado ativamente de discussões acerca das violações dos Direitos Humanos em várias áreas de ação governamental (direitos de crianças e adolescentes, mulheres e idosos; luta pela igualdade de gêneros, contra LGBTQIfobia, contra o racismo, a compulsoriedade de tratamento da dependência química e alcoolismo; defesa da ampliação da Reforma Psiquiátrica, do SUS e do Sistema único de Assistência Social – SUAS; debate sobre sistema prisional e medidas socioeducativas, dentre outras tantas), ainda se nota a transposição de práticas individualistas, patologizantes e centradas num modelo biomédico para o serviço nas Políticas Públicas, o que ocasiona baixa efetividade das práticas psicoterapêuticas e altos índices de abandono de tratamento (FERRAZZA, 2016).

O surgimento da psicologia dentro das instituições de sequestro do século XIX, caracterizadas pelo controle, vigilância, correção, marcaria a formação psi por crenças em uma verdade imutável, universal e na apreensão objetiva do ser humano e do mundo o que, conseqüentemente, marcaria nas práticas profissionais a ideia da necessidade de um processo de normatização daqueles considerados fora da norma. Antes que isso pareça algo antigo e fora da moda, atualmente presenciamos cotidianamente nos discursos e práticas de muitos profissionais no âmbito dos equipamentos públicos de saúde as novas roupagens daquele velho discurso higienista, no qual a psicologia, como vimos, estaria a serviço do controle e da adaptação da população aos preceitos da sociedade normativa (FERRAZZA, 2016, p.54-55).

Desse modo, a versatilidade do Plantão Psicológico faz com que tenham amplas possibilidades de alcance nas mais diversas Políticas Públicas e instituições. Nas Políticas Públicas em Saúde, por exemplo, tem-se os atendimentos em hospitais

que são de suma importância no tratamento, na reabilitação e também no acolhimento dos familiares dos paciente que ali se encontram (SOUZA; SOUZA, 2011); da mesma forma se tem também os serviços de saúde mental e de assistência social desenvolvido junto aos órgãos de saúde pública sejam eles municipal, estadual ou federal que visam realizar uma abordagem preliminar e preventiva preservando assim a saúde mental da população (SOUZA, BARROS NETA e VIEIRA, 2012).

O plantão psicológico pode ser inserido nas escolas, onde sua prática vai além, visando o atendimento de todos os envolvidos no contexto escolar, desde os alunos até os profissionais da educação (BEZERRA, 2014). No âmbito judiciário, na maioria das vezes concentrado na área do direito das famílias, visando dar respaldo aos magistrados em inúmeras situações, como: adoção, guarda, divórcio dentre outros (MOZENA; CURY, 2010).

A diversidade da aplicabilidade do plantão psicológico permite refletir sobre as mais diversas possibilidades de sua inserção nas Políticas Públicas brasileiras, embora ainda seja pouco conhecido e explorado pela própria Psicologia.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Com a finalidade de analisar e identificar os principais aspectos relacionados ao Plantão Psicológico, esse trabalho monográfico constituiu-se como uma pesquisa bibliográfica, cujos critérios de seleção do material foram: estudos teóricos e empíricos desenvolvidos no âmbito acadêmico-científico e publicados em bases de dados nacionais (como Scientific Electronic Library Online (SCIELO), portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), sites de universidades como Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), dentre outros), em português e integralmente disponíveis, no período de 2006 a 2016 (ressalva para as publicações em datas anteriores consideradas relevantes para esta investigação). A busca nestas bases de dados se processou com a utilização das seguintes palavras-chave: Atenção Psicológica. Plantão Psicológico. Políticas Públicas. Psicologia Clínica.

A discussão dos resultados se deu por análise de conteúdo, que abrange várias formas de interpretar as ideias de um texto objetivando representar o conteúdo expresso naquele processo de comunicação (CAVALCANTI, CALIXTO, PINHEIRO, 2014). Foram utilizados os seguintes procedimentos sistemáticos de levantamento de indicadores qualitativos, permitindo a realização de inferência sobre os dados coletados:

- a) Leitura exploratória que consiste no contato inicial com o material levantado a fim de verificar a adequação ao interesse da pesquisa. Delinearam-se como indicadores analíticos, a presença das palavras-chave no conteúdo da publicação.
- b) Leitura seletiva que implica a identificação no material coletado de informações qualitativamente suficientes, coerentes e consistentes para responder ao problema e atingir os objetivos de pesquisa indicados.
- c) Leitura analítica que equivale a construção de inferências sobre a temática a partir da interpretação do conteúdo selecionado conforme os indicadores analíticos mencionados e sua sintetização.

A escolha por este tipo de análise de dados se deu em função da sistematização necessária possibilitada à produção de respostas para o problema proposto e à execução dos objetivos de pesquisa. Desta maneira chegou-se à conclusão do estudo, colocando-se à tase em avaliação pela banca examinadora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plantão Psicológico e suas práticas vem sendo cada vez mais difundidos em inúmeras searas como: educação, saúde, assistência social e segurança pública, com vistas a garantir um amplo atendimento a grande parte da população que carece de atenção psicológica.

A primeira experiência decorrente do Plantão Psicológico se deu no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) orientado por Rachel Léa Rosenberg e Oswaldo de Barros Santos², tendo como objetivo a formação de Psicólogos, constituindo um espaço de aprendizagem para os alunos de graduação em Psicologia por meio do serviço de atendimento psicológico à população. Com a proposta de estágio e disciplina obrigatória de Aconselhamento Psicológico do SAP no IPUSP, os alunos se deparam com a possibilidade de encontros únicos, atendimento livre de compreensão psicopatologizante, com curta duração, além de uma escuta empática e responsável, levando-os a um acolhimento à população atendida enquanto projeto de cuidado (BRESCHIGLIARI e ROCHA, 2009).

Do ambiente acadêmico, a experiência do Plantão Psicológico estendeu-se ao contexto escolar. Como exemplo disso, pode-se elencar a experiência desenvolvida na Escola Maria Accioly de Souza, no município de Conde/PB, em 2011. Sendo uma demanda da própria escola em busca de um projeto ligado a Psicologia, recorreram a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o projeto atendeu não só aos alunos mas a toda comunidade escolar, funcionários e pais, privilegiando as demandas emocionais através do acolhimento e da escuta compreensiva (ALMEIDA *et. al.* 2011).

Bezerra (2014) aborda o Plantão Psicológico no âmbito escolar, indo muito além de um atendimento clínico, elencando como condição necessária a disponibilidade incondicional. Objetivou-se com esse estudo salientar que existe demanda clínica em âmbito escolar, porém não psicoterápicos, e sim uma verdadeira escuta esclarecedora e facilitadora levando assim a identificar um momento de

² Oswaldo de Barros Santos, ícone da Abordagem Centrada na Pessoa, interessou-se pelo trabalho de Carl Rogers e começou a utilizar as ideias deste autor em seu consultório, defendendo sua tese sobre a Terapia Centrada na Pessoa no IPUSP. Durante sua vida, participou também da criação de várias associações de psicologia, e muito contribuiu para o aperfeiçoamento das técnicas psicoterápicas (MORATO, 2009, p. 85)

desdobramentos do processo de encontro, apesar de alguns autores inferirem ser um regresso a possibilidade de atendimento individual em Psicologia Escolar.

Mahfoud (2012) também trabalhou com os alunos do colegial e ginásio sobre Orientação Profissional e a conscientização do uso de drogas a partir do Plantão psicológico e, apesar de ter encontrado uma resistência por parte dos professores que não acreditavam na ajuda que o psicólogo poderia exercer na educação, conseguiu-se desenvolver o trabalho nesta instituição escolar com sucesso e assevera que

A Educação tem pedido técnicas à Psicologia. Mas o risco é o de não se clarear a finalidade geral da educação, respondendo segundo objetivos precisos, mas inadequadas a essa finalidade. Ou seja, o risco é o de não explicitarmos (nem a nós mesmos) que a finalidade da educação é a formação da pessoa, e que queremos responder a tantas demandas com diversos objetivos definidos (aumento do rendimento escolar, auxílio na expressão verbal e escrita, aplacamento de comportamentos anti-sociais (...), podem nos ocupar muito; podemos até obter resultados, mas poderíamos ainda assim não estar respondendo à verdadeira finalidade da educação. Se a explicitarmos, nós nos daremos a oportunidade de que ela ilumine objetivos, métodos e técnicas. E, ainda mais importante, daremos a nós mesmos a oportunidade de sermos educadores, isto é, testemunhas de uma consciência ampla possível, que já começa a ser uma rota de orientação dentro da desorientação cultural em que vivemos, e que nossas crianças e adolescentes não têm como evitar (MAHFOUD, 2012, p.45-46).

Assim podemos evidenciar que o Plantão Psicológico em escolas se faz necessário como modalidade de atendimento eficaz, e cada vez mais pertinente, levando contribuições importantes à educação de maneira única e subjetiva.

No que se refere ao Plantão Psicológico junto aos órgãos de segurança pública, há um estudo que descreve esta prática implantada no Serviço Universitário de Assistência Judiciária de uma universidade do interior de São Paulo. A presença de plantonistas nesta instituição contribuiu para oferecer a escuta diferenciada às pessoas e suas demandas permitindo que as queixas de natureza jurídica tivessem novos significados. Possibilitou observar também que muitas pessoas, ao procurarem o Serviço de Assistência Judiciária, carregavam demandas psicológicas cujas angústias e sofrimentos vividos eram decorrentes dos problemas jurídicos enfrentados (MOZENA e CURY 2010).

No mesmo sentido, há uma experiência recente de Plantão Psicológico realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no estado de Goiás através de um projeto de extensão universitária executado a partir da parceria o curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás. O objetivo foi ofertar orientações e acolhimento às pessoas em situação de violência, favorecendo o

empoderamento a mulher para lidar com a violência resguardando-a dos seus direitos sociais e de quem busca pelo serviço (FARINHA e SOUZA, 2016).

O Plantão psicológico foi utilizado também como meio de orientação às famílias de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida, no ano de 2008 em Araraquara no estado de São Paulo, tendo como objetivo intervir em conflitos e colocar os jovens em contato com suas famílias, desenvolvendo o sentimento de pertencimento na estrutura familiar e a integração social, com vistas a uma melhor reeducação deste (CARLOS e ZANIOLO, 2010).

Na mesma acepção, identificou-se ainda uma experiência de Plantão Psicológico realizado com adolescentes internos da FEBEM/SP caracterizada como um meio de expressividade e cuidado para com esses, observando o fato de que a maioria deles, durante toda sua vida, se viu como um grupo marginal excluído socialmente devido às más condições habitacionais, sanitárias e educacionais. Nesse sentido, Aun *et. al.* (2006, p.36) afirma que o plantão psicológico nesta instituição possibilitou:

[...] propiciar uma abertura para responder à singularidade de cada demanda, atentando para a não massificação dos atendimentos, assim como para os limites próprios dessa prática. Nessa delimitação, o Plantão Psicológico não visa a uma normatização ou adequação do sujeito a determinados padrões preestabelecidos, sejam eles determinados, ou não, pela instituição na qual está inserido. A prática clínica oferece-se como espaço de compreensão do sujeito como agente de sua história.

Na Política Pública de Saúde, foi encontrada a experiência de Plantão Psicológico em um Hospital Geral com objetivo de que os funcionários avaliassem seu trabalho a partir de suas próprias vivências. Este estudo desenvolveu uma compreensão sobre os elementos psicológicos presentes na relação terapeuta-cliente e também sobre a relação cliente-instituição, o que possibilitou a análise do próprio campo de estudo. Foi possível perceber a subjetividade de cada cliente, pois para alguns um só atendimento foi suficiente já para outros foi necessário o retorno por mais duas vezes, reafirmando a abertura a receptividade para o cliente vivenciar suas questões e sentimentos, fazendo com que ele procurasse espontaneamente por ajuda psicológica no momento em que sentia que esse serviço poderia ajudá-lo e fazê-lo refletir sobre as questões que o afligiam (PALMIERI e CURY, 2007).

Ainda como política pública em saúde foi identificado o Plantão Psicológico em hospital psiquiátrico no ano de 1992, cujo resultado apontou uma queda no nível de irritabilidade, agitação e ansiedade dos internos, levando-os a uma melhor

identificação de suas demandas, mostrando um avanço no seu desempenho no grupo psicoterápico. O plantão facilitou também nos encaminhamentos dos internos clareando em qual setor ou grupo psicoterápico o analisando seria melhor atendido e beneficiado. O plantão foi usado também como um espaço para que a família externalizasse seu mal-estar e suas questões, tentando proporcionar um ambiente mais saudável para superação da ruptura que a doença mental gera na dinâmica familiar. Foi identificada também a diminuição significativa dos problemas de relacionamentos entre os funcionários, criando um ambiente terapêutico mais agradável (CAUTELLA, 2012).

O Plantão Psicológico teve maior ênfase no cenário das políticas públicas de assistência social quando foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005, sendo operacionalizado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 que fez com que a prática psicológica se tornasse presente nos Centros de Referências Sociais (CRAS, CREAS e CREPOP). Tal política de assistência se divide em níveis de complexidade: primário, secundário e terciário. Neste sentido, podemos refletir sobre o Plantão Psicológico como prática que se adapta às demandas da contemporaneidade que necessita de uma escuta e acolhimento onde quer que ele esteja, mudando assim o olhar sobre o homem para além da execução de um diagnóstico e mais voltado à compreensão subjetiva de cada pessoa pautando-se assim na ética e em um posicionamento político. Faz-se necessário com essa prática, o acionamento de outras áreas das políticas públicas contribuindo para que funcione a intersetorialidade, levando a Psicologia e suas práticas a saírem do seu lugar de comodismo, de um saber intocado e isolado evitando a psicologização e a cristalização do fazer psicológico (SOUZA, NETA & VIEIRA, 2012).

Além do modelo de atuação do plantão estar presente nas políticas públicas supracitadas, esse continua inserido nos serviços-escola das universidades (GOMES, 2012); e em ambientes não governamentais como centros comunitários (COIN-CARVALHO; OSTRONOFF, 2014) e comunidades religiosas (SCORSOLINI-COMIN, 2014). Um exemplo disso é a implantação de um Plantão Psicológico em um terreiro de Umbanda, um projeto que visou compreender o cidadão com suas subjetividades e singularidades imerso em condições culturais, sociais e históricas que sempre devem ser consideradas, necessitando de cuidados particulares. Tal estudo se respaldou em pressupostos do aconselhamento multicultural e do trabalho

etnopsicológico, demonstrando que a abertura ao diálogo deve proporcionar o atendimento livre de preconceitos estando a serviço de todos sendo responsabilidade de cada um. O terreiro de Umbanda mostrou-se um ambiente com acolhimento e uma postura de empatia e consideração positiva pelo crescimento do outro (SCORSOLINI-COMIN, 2014).

Em uma pesquisa realizada por Furigo *et. al.* (2008), os autores demonstram a efetiva e gradativa evolução na implantação do Plantão Psicológico em contextos diversos decorrente da sua aplicabilidade. A pesquisa foi realizada no período entre os anos de 2000 e 2006, conforme Tabela 1.

TABELA 1 - Distribuição dos participantes e médias de atendimentos por ano de estágio

Anos de Estágio	Casos Atendidos	Plantonistas	Média por Plantonista
2000	52	1	52
2001	-	-	-
2002	114	7	19
2003	209	10	20
2004	213	15	14
2005	148	7	21
2006	203	11	18
Total	939	51	18

Fonte: Furigo *et. al.* (2008)

Pôde-se observar através de tais experiências supracitadas que o Plantão Psicológico pode ser uma ferramenta utilizada em qualquer ambiente nos diferentes grupos, não importando sua raça, gênero, etnia, orientação sexual, religião ou classe social, crendo assim que a inserção do Plantão como prática Psicológica pode garantir um atendimento mais humano, acolhedor e adequado às necessidades da população.

A partir do surgimento do Plantão Psicológico nas clinicas escolas, este ajuda de forma indireta no atendimento às pessoas de baixa renda expostas a

vulnerabilidade psicossocial, desafogando assim os órgãos e instituições públicas voltadas diretamente a tais práticas.

O Plantão Psicológico nos viabiliza tratar a problemática do indivíduo a partir de suas experiências, permitindo-nos acolhê-lo naquele exato momento, tendo como consequência poder estar disponível às suas demandas e a várias formas de continuidade do atendimento, essa seria uma primeira característica de atendimento em Plantão Psicológico.

Outra característica é o profissional Psicólogo estar atento em como o cliente enfrenta sua problemática e como essa relação terapeuta-cliente se estabelece, buscando ajudá-lo em variadas possibilidades de continuidade ou encaminhamentos. Cabe ressaltar a importância da flexibilidade do terapeuta no que tange à direção do prosseguimento do processo, fazendo com que continue disponível à pessoa que lhe procurou, sustentando o plantão como referência dentre os recursos de atendimento à saúde mental possíveis de serem utilizados.

O Plantão Psicológico permitiu diálogos entre a teoria e a prática, colaborando para o desenvolvimento da área clínica, contribuindo também para melhorar a saúde mental da população atendida e reafirmar o compromisso social, ético e político da Psicologia.

Destacamos que a Psicologia, como ciência e área acadêmica, pode também promover programas de Plantão Psicológico atuantes e eficazes, com o intuito de ajudar a garantir uma melhor qualidade de vida para a população atendida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se compreender o Plantão Psicológico como possibilidade de intervenção clínica no contexto das políticas públicas, apontando a inserção da(o) psicóloga(o) clínica(o) de forma mais assertiva neste contexto que as práticas psicológicas tradicionais. Este estudo decorre da necessidade de refletir sobre formação do psicólogo clínico na contemporaneidade, pois se espera que o psicólogo lide apropriadamente com demandas de respostas imediatas e eficientes que frequentemente são dirigidas à clínica, principalmente em ambientes.

Mediante a pesquisa, o Plantão Psicológico pode estar inserido nos três níveis de atenção na saúde brasileira. No nível primário pode ser inserido nas UBSs (Unidades Básicas de Saúde) bem como no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), no segundo nível ele poderá se fazer presente nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) bem como no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), no nível terciário o Plantão Psicológico poderá se desenvolver em hospitais.

Do mesmo modo, poderá ser inserido nas ações de assistência social nos três níveis de Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial (CREAS), atendendo tanto a famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial nos serviços do Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. E ainda no Programa de Proteção de Atendimento Especializado a Família e Indivíduo (PAEFI), no Serviço Especializado em Abordagem Social, no Serviços de Proteção a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, e no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Lembrando que para atuarmos na política social, direcionando-a à comunidade, precisamos assumir um novo compromisso com esta, procurando conhecer sua realidade, suas necessidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas, reassumindo nosso pacto com os direitos humanos e utilizando de nossa autonomia para defender, criar e avaliar as políticas públicas.

Os resultados apontaram o Plantão Psicológico como a modalidade de prática psicológica clínica utilizada na esfera pública, principalmente pelos psicólogos fenomenológico-existenciais. O que sugere a necessidade de pesquisa sobre esta prática a partir de outros referenciais teóricos (como cognitiva-comportamental e

psicanálise) acerca de como estas outras abordagens podem instrumentalizar o atendimento em plantão psicológico.

Diante da exposição desenvolvida neste trabalho, concluímos que o Plantão Psicológico se faz útil nos serviços disponibilizados pela Políticas Públicas brasileiras, tendo como um dos seus objetivos a atenção psicológica à população atendida de forma rápida e acolhedora, livrando-se de todo e qualquer preconceito em atendimento indistinto de classe social, raça, religião ou orientação sexual, garantindo igualdade e equidade de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C. *et. al.* Plantão Psicológico: uma escuta no contexto educacional. *Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, PROBEX*, 2011. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/6CCHLADPPROBEX2013377.pdf>> Acesso em: 14 de abr. de 2017.
- AUN, H. A.; *et. al.* *Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. Imaginário*, São Paulo, v.12, n.12, p.35-53, junho 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 de out. de 2017.
- BASTOS, A. V. B. B.; GOMIDE, P. I. C. *O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.9, n.1, p.6-15, 1989. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003>. Acesso em: 09 de jan. de 2017.
- BEZERRA, E. N. *Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.14, n1, p.129-143, outubro/novembro 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 28 de abr. de 2017.
- BRESCHIGLIARI, J. O.; ROCHA, M. C. *SAP – Serviço de aconselhamento psicológico: 40 anos de história*. São Paulo: SAP/IPUSP, 2009. 186p.
- BRESCHIGLIARI, J. O.; JAFELICE, *Plantão psicológico: ficções e reflexões. Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.35, n.1, p.225-237, janeiro/novembro 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n1/1414-9893-pcp-35-01-00225.pdf>>. Acesso em: 28 de abr. de 2017.
- BRITO, L. S.; DANTAS, J. B. *Plantão psicológico: ampliando possibilidades de Escuta. Extensão em Ação*, Fortaleza, v.1, n.10, janeiro/junho 2016. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19030>>. Acesso em: 19 de nov. de 2017.
- CARLOS, F. R.; ZANIOLO, L. O. *Intervenções psicológicas no sistema familiar de adolescentes em liberdade assistida: relatos de experiência. Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.46, n.2, p.451-464, outubro 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2010v44n2p451/20919> >. Acesso em: 11 de nov. de 2017.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p.13-18, janeiro/abril 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em 18 de nov. de 2017.

CHAVES, P. B.; HENRIQUES, W. M. Plantão Psicológico: de frente com o inesperado. *Psicologia Argumento*, Paraná, v. 26, n. 53, p. 151-157, 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=2006&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

COIN-CARVALHO, J. E.; OSTRONOFF, V. H. *Cuidado e transformação social: avaliação da implantação do plantão comunitário no Complexo da Funerária. Estudos de Psicologia*, São Paulo, v.19, n.2, p.139-144, abril/junho 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/261/26132115006/>>. Acesso em: 12 de abr. de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº013 01 de junho de 2007*. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro, 2007. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/resolucao2007_13.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2017.

CURY, Vera. Plantão Psicológico em Clínica-Escola. *In: MAHFOUD, Miguel (Org.). Plantão Psicológico: novos horizontes*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. 131-148.

DUTRA, E. Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico-existências? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.224-237, 2008. Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br/v8n2/artigos/pdf/v8n2a08.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

FARINHA, M. G.; SOUZA, T. M. C. Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. *Revista SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 65-79, agosto/outubro 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16772970201600010007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de abr. de 2017.

FERRAZZA, D. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. *Rev. Polis e Psique*, Porto Alegre, v.6, n.3, p.36-58, janeiro/setembro 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n3/n6a04.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2017.

FURIGO, R. C. P. L., *et al.* Plantão psicológico: uma prática que se consolida. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 58, n. 129, p. 185-192, dezembro 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 de abr. de 2017.

GOMES, F. M. D. Plantão Psicológico: atendimento em situações de crise. *Vínculo – Revista do NESME*, São Paulo, v.9, n.2, p.18-26, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v9n2/n2a04.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. de 2017

LIMA, B. F. Alguns apontamentos sobre a origem das psicoterapias fenomenológico-existenciais. *Revista Abordagem Geostática*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 28-38, junho 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180968672008000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 de abr. de 2017.

MAHFOUD, M. *et al.* *Plantão Psicológico: novos horizontes*. 2. ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. 155p.

MORATO, H. T. P. Sobre Rachel Léa Rosenberg (1931/1987). *Psicologia USP*, São Paulo, v.19, n.1, p. 98-100, março 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de jun. de 2017.

MOZENA, H.; CURY, V. E. *Plantão psicológico em um serviço de assistência judiciária*. *Memorandum*, Belo Horizonte, v.19, p.65-78, outubro 2010. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/9695/7522>>. Acesso em: 05 de mar. de 2017.

PALMIERI, T. H.; CURY, V. E. *Plantão psicológico em Hospital Geral: um estudo fenomenológico*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.20, n.3, p.472-479, janeiro/março 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722007000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 de jun. de 2017.

RABELO, I. S.; SANTOS, L. M. S. P. *O desafio do plantão psicológico para o plantonista*. In: RAMOS, C.; SILVA, G. G.; SOUZA, S. *Práticas Psicológicas em*

instituições: uma reflexão sobre os serviços-escola. São Paulo: Editora Vetor, 2006, p.379-387.

REBOUÇAS, M. S. S.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. *Revista Abordagem Gestáltica*, Goiânia, v.16, n.1, p.19-28, janeiro/julho 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v16n1/v16n1a04.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. de 2017.

ROCHA, M. C. *Plantão psicológico e triagem: aproximações e distanciamentos*. *Revista NUFEN*, São Paulo, v.3, n.1, p. 119-134, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21752591201100010007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 de jun. de 2017.

ROGERS, R. C. *Psicoterapia e consulta psicológica*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987 (Coleção Psicológica e Pedagógica), 464p.

ROSENTHAL, Raquel. Plantão Psicológico no Instituto Sedes Sapientiae: uma proposta de atendimento aberto à comunidade. *In: MAHFOUD, Miguel (Org.). Plantão Psicológico: novos horizontes*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. 31-44.

SCORSOLINI-COMIN, F. *Atenção psicológica e umbanda: experiência de cuidado e acolhimento em saúde mental*. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.773-794, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n3/v14n3a05.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. de 2017.

_____. Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. *Psicologia USF*, Bragança Paulista, v.20, n.1, p.163-173, janeiro/abril 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n1/1413-8271-pusf-20-01-00163.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. de 2017.

SOUZA, E. L. C.; BARROS NETA, F. T.; VIEIRA, E. M. *Interface do plantão psicológico e as políticas de assistência social*. *Revista NUFEN*, São Paulo, v.4, n.2, p.71-82, julho/dezembro 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000200008>. Acesso em 12 de jun. de 2017.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, julho/dezembro 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 24 de jul. de 2017.

SOUZA, B. N.; SOUZA, A. M. Plantão Psicológico no Brasil (1997-2009): saberes e práticas compartilhados. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 241-249, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2365/1/Artigo_PlantaoPsicologicoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

TASSINARI, M. A. *Plantão psicológico centrado na pessoa como promoção de saúde no contexto escolar*. 1999. 155p. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

VIEIRA, E. M.; BORIS, G. D. J. B. O plantão psicológico como possibilidade de interlocução da psicologia clínica com as políticas públicas. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, abril 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8226/5980>>. Acesso em: 14 de abr. de 2017.

ANEXO A

Anexo A: Resolução Conselho Federal de Psicologia 013 de 01 de junho de 2007: Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Parágrafo VI:

Psicólogo especialista em Psicologia Clínica

Atua na área específica da saúde, em diferentes contextos, através de intervenções que visam reduzir o sofrimento do homem, levando em conta a complexidade do humano e sua subjetividade. Estas intervenções tanto podem ocorrer a nível individual, grupal, social ou institucional e implicam em uma variada gama de dispositivos clínicos já consagrados ou a serem desenvolvidos, tanto em perspectiva preventiva, como de diagnóstico ou curativa. Sua atuação busca contribuir para a promoção de mudanças e transformações visando o benefício de sujeitos, grupos, situações, bem como a prevenção de dificuldades. Atua no estudo, diagnóstico e prognóstico em situações de crise, em problemas do desenvolvimento ou em quadros psicopatológicos, utilizando, para tal, procedimentos de diagnóstico psicológico tais como: entrevista, utilização de técnicas de avaliação psicológica e outros. Desenvolve trabalho de orientação, contribuindo para reflexão sobre formas de enfrentamento das questões em jogo. Desenvolve atendimentos terapêuticos, em diversas modalidades, tais como psicoterapia individual, de casal, familiar ou em grupo, psicoterapia lúdica, terapia psicomotora, arteterapia, orientação de pais e outros. Atua junto a equipes multiprofissionais, identificando, compreendendo e atuando sobre fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, especialmente em unidades básicas de saúde, ambulatórios e hospitais. Atua em contextos hospitalares, na preparação de pacientes para a entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive pacientes terminais, participando de decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, para oferecer maior apoio, equilíbrio e proteção aos pacientes e seus familiares. Participa de instituições específicas de saúde mental, como hospitais-dia, unidades psiquiátricas e outros, podendo intervir em quadros psicopatológicos tanto individual como grupalmente, auxiliando no diagnóstico e no

esquema terapêutico proposto em equipe. Atende a gestante, no acompanhamento ao processo de gravidez, parto e puerpério, contribuindo para que a mesma possa integrar suas vivências emocionais e corporais. Atua junto aos indivíduos ou grupos na prevenção, orientação e tratamento de questões relacionadas a fases de desenvolvimento, tais como adolescência, envelhecimento e outros. Participa de programas de atenção primária e centros e postos de saúde na comunidade, organizando grupos específicos na prevenção de doenças ou no desenvolvimento de formas de lidar com problemas específicos já instalados, procurando evitar seu agravamento em contribuir ao bem estar psicológico. Acompanha programas de pesquisa, treinamento e desenvolvimento de políticas de saúde mental, participando de sua elaboração, coordenação, implementação e supervisão, para garantir a qualidade da atenção à saúde mental em nível de macro e microssistema.